

TRATAMENTO INJUSTO RELACIONADO A DISCRIMINAÇÃO SOFRIDA POR NEGROS.

Sabrina da Silva França¹ Eliany Nazaré Oliveira² Francisca Verônica Dias Melo³
Ivan Gabriel Souza Feijó⁴ Gleisson Ferreira Lima⁵

¹Enfermagem, CCS, UVA; E-mail: sabrinafranca480@gmail.com .

² Docente do Curso de Enfermagem, CCS, UVA. E-mail: elianyy@gmail.com .

³Enfermagem, CCS, UVA; E-mail: veronica.dias626@gmail.com

⁴Mestrando, UFRN; E-mail: ivan.feijo.067@ufrn.edu.br

⁵Residência Multiprofissional em Saúde da Família, ESP-VS; E-mail: gleisson_nega@hotmail.com

Resumo: As práticas racistas contra negros, em terras brasileiras, ainda que negadas, existem e impactam a vida dessa parcela populacional de modo próprio entre os membros. Assim, este estudo objetivou-se analisar dados sociodemográficos e a atitude do negro ao ser tratado injustamente. Estudo quantitativo, recorte da pesquisa maior intitulada: Experiências de Discriminação Sofridas por Negros, realizada de setembro a novembro de 2021, com 205 participantes negros/negras de estados brasileiros. Destacaram-se, como maioria, participantes do sexo feminino, 71,4% (n=145); com faixa etária entre 20 e 25 anos, 59,0% (n=118); residentes no estado do Ceará, 75,9% (n=98). Com relação ao tratamento injusto relacionado à discriminação racial, observou-se que os participantes tentam alguma coisa ao ser tratado injustamente. Evidenciou-se que os participantes constantemente sofrem com tratamento injusto de discriminação racial em diversos espaços. Os negros, também, se preocupam com o tratamento injusto que eles e outras pessoas sofrem em razão da cor e raça.

Palavras-chave: População Negra; Discriminação Racial; Tratamento Injusto.

INTRODUÇÃO E OBJETIVO

O racismo contra negros no Brasil, longe de ser uma questão nova, data de anos e acompanha a história do País. Além da questão escravista, tem-se, no período imperial, ação abolicionista que liberta o negro do trabalho forçado, mas não o assiste quanto às necessidades básicas e mínimas, privando-o do usufruto da cidadania (BRASIL, 1988).

No entanto, o tratamento fornecido à temática segue perfil inapropriado que ignora, omite e vela a realidade. Bento (2002) aponta para existência, no Brasil, do que foi denominado Democracia Racial que corresponde à falácia, empreendida por alguns estudiosos, a exemplo do sociólogo Gilberto Freyre, de que no país não há discriminação porque houve a miscigenação, o que finda apenas por eximir o branco de seu papel nessa questão e imputar ao negro e à escravidão os tratamentos desiguais e injustos experienciados.

Ademais, o estudo de Oliveira *et al.* (2021) mostra que apesar do racismo estar presente em vários âmbitos como escolas, mercado de trabalho e nas ruas, ainda existem poucos estudos sobre esse fenômeno, o que dificulta as discussões acerca do assunto. Além disso, frequentemente, os negros são negligenciados e privados de direitos, sofrendo com empecilhos advindos da discriminação racial, como o tratamento injusto, tornando-se um público vulnerável.

Diante disso, de posse do entendimento de que as práticas racistas contra negros, em terras brasileiras, ainda que negadas, existem e impactam a vida dessa parcela populacional de modo próprio entre os membros, atesta-se a relevância deste trabalho para o alcance de melhor compreensão acerca da vivência desse fenômeno por jovens, além da construção de caminho de conhecimento que permitirá a outros pesquisadores elaborar novas e mais amplas discussões. Assim, pretende-se granjear com este estudo, cujo objetivo compreende analisar dados sociodemográficos e a atitude do negro ao ser tratado injustamente.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de recorte de pesquisa mais ampla intitulada Experiências de Discriminação Sofrida por Negros. O estudo foi do tipo exploratório, descritivo e transversal, com

abordagem quantitativa, desenvolvido em âmbito nacional, de setembro a novembro de 2021.

A amostra foi constituída de 205 negros e negras de estados do Brasil. Os critérios de inclusão foram: possuir 18 ou mais anos, se autodeclarar negro/negra e ser residente de algum estado brasileiro. Diante do cenário atípico causado pela pandemia do novo coronavírus e da obrigatoriedade do isolamento social, a identificação e abordagem dos participantes aconteceram nas redes sociais. Facebook, Instagram e WhatsApp foram as bases iniciais de contato com o público-alvo da pesquisa.

Neste estudo, realizaram-se análises dos dados sociodemográficos, e resposta ao tratamento injusto, por meio do questionamento: “já sofreu discriminação, foi impedido de fazer algo, foi perturbado ou feito sentir-se inferior”. O instrumento utilizado foi a Escala de Experiências de Discriminação (FATORRE *et al.*, 2016; FATORRE, 2015). Vale ressaltar que para este trabalho extraímos os dados relacionados com aos dados sociodemográficos cruzados ao tratamento injusto sofrido pelos jovens negros.

Esta pesquisa está pautada na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Seguindo as orientações da Circular n.º 2/2021/CONEP sobre pesquisas em ambientes virtuais, os instrumentos de coleta de dados foram disponibilizados pelo *Google Forms*. O Termo de Consentimento Livre (TCLE) foi apresentado ao possível participante da pesquisa, na segunda parte do formulário eletrônico do *Google Forms*, após leitura, este aceitou ou não participar do estudo, confirmando a anuência ou não nas opções: 1) Aceito participar da pesquisa ou 2) Não aceito participar da pesquisa. A pesquisa segue os pressupostos éticos do CNS e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Vale do Acaraú, de acordo com o parecer n.º 4.831.239.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho, para além da investigação voltada ao tratamento injusto fruto da discriminação racial sofrida por negros, comprometeu-se também em analisar o perfil sociodemográfico dos participantes.

Conforme os dados, constata-se que a maior porção dos participantes - 62,8% (n=129) - pertencem à Região Nordeste, mais especificamente ao estado do Ceará, que abrange

75,9% (n=98) desta amostragem. Essa presença maciça tanto de nordestinos como de cearenses explica-se pelo fato de os pesquisadores envolvidos residirem nesta porção geográfica, o que contribuiu para maior divulgação e conseqüente captação desse público.

De acordo com a Tabela 1, 71,4% (n=145) dos participantes reconheceram-se como pertencentes ao sexo feminino, com faixa etária predominante - 59% (n=118) - entre o intervalo de 21 a 25 anos de idade. Esse último valor tem explicação no público-alvo definido pelo estudo, o qual compreendeu, entre outras especificidades, indivíduos jovens

Tabela 1 Distribuição do número de participantes, segundo variáveis sociodemográficas. Brasil, 2022.

Variáveis	N	%
Sexo^a		
Masculino	145	71,4
Feminino	58	28,6
Faixa Etária^b		
18-20	54	27
21-25	118	59
26-58	28	14
Escolaridade^c		
Ensino Fundamental	4	2
Ensino Médio	41	20,3
Ensino Superior	143	70,8
Pós-Graduação	14	6,9

Ocupação		
Estudante	110	53,6
Trabalha	86	42
Não Trabalha	9	4,4

^aOs dados de dois participantes não foram computados, por ocasião de erro no sistema ou não adequação aos critérios de inclusão. ^bOs dados de cinco participantes não foram computados por ocasião de erro no sistema ou não adequação aos critérios de inclusão. ^cOs dados de três participantes não foram computados por ocasião de erro no sistema ou não adequação aos critérios de inclusão.

Com relação à escolaridade e ocupação, por sua vez, respectivamente, 70,8% dos integrantes (n=143) afirmaram possuir ensino superior e 53,6% (n=110) declararam-se estudantes. Esses números contêm em si natureza positiva, resultado que se pode supor das políticas afirmativas. Ademais, o fato de o segundo lugar em maior número de respostas no item escolaridade pertencer ao “ensino médio”, com 20,3% (n=41), e o item ocupação ser preenchido por “trabalha”, com 42% (n=86), representam, junto aos valores referidos, bons indicadores.

No entanto, a presença de 2% dos integrantes (n=4) com apenas o ensino fundamental dentro da faixa etária considerada, a qual, comumente, encontra-se atrelada ao perfil etário de estudantes de níveis superiores e/ou trabalhadores. Essa informação vai ao encontro da matéria de Palhares (2020), publicada pelo jornal *A Folha de S. Paulo*, a qual mostrou que a taxa de jovens negros em situação de evasão escolar é maior do que entre indivíduos da mesma idade, porém, de pele branca. A notícia prossegue apresentando os possíveis motivos e, dentre os citados, identifica-se o racismo que impacta, também, o âmbito educacional, sob a forma de discriminação e ausência de políticas de incentivo, além da desigualdade de renda que obriga o negro a adentrar precocemente o mercado de trabalho para auxiliar a família.

Tabela 2: Apresentação dos dados sociodemográficos em relação ao questionamento “Se você sente que é tratado injustamente, você geralmente”, Brasil, 2022.

Variáveis	Aceita o fato		Tenta alguma coisa	
	Nº	%	Nº	%
Sexo				
Feminino	10	17,2	48	82,8
Masculino	16	11,0	129	89,0
Faixa Etária				
18-20	8	14,8	46	85,2
21-25	16	13,6	102	86,4
26-58	2	7,1	26	92,9
Escolaridade				
Ensino Fundamental	2	50,0	2	50,0
Ensino Médio	2	4,9	39	95,1
Ensino Superior	20	14,0	123	86,0
Pós-Graduação	2	14,3	12	85,7
Ocupação				
Estudante	14	12,7	96	87,3
Trabalha	11	12,9	74	87,1
Não Trabalha	1	11,1	8	88,9

Neste estudo, também se investigou sobre tratamento injusto relacionado a experiências de discriminação. Quanto ao comportamento em relação ao tratamento injusto, 12,7% (n=26) dos participantes assinalaram aceitar o fato ao sentir que estão sendo tratados injustamente, enquanto 87,3% (n=178) tentam alguma coisa, conforme

Tabela 2 O racismo estrutural é real e atinge milhares de pessoas no Brasil. Para Batista (2018), o racismo encontra-se institucionalizado no imaginário nacional brasileiro. A estrutura social é racista, pode-se observar em todos os espaços negros em condição subalternada, ora por violência estrutural (ausência de direitos), ora por violência cultural (suposta incapacidade ou incivilidade). Assim, pode-se compreender e até justificar alguns comportamentos de homens e mulheres negras. Muitos cresceram naturalizando muitas formas de tratamento injusto, alguns nem percebem o grau de violência imposta.

Os resultados da Tabela 2 mostram que ao sentirem que estão sendo tratados injustamente pela raça ou cor, os participantes que concluíram o ensino fundamental, 50% (n=2), aceitam o fato e 50% (n=2) tentam alguma coisa. Os com ensino médio completo, 4,9% (n=2), aceitam o fato e 95,1% (n=39) tentam alguma coisa. Aqueles com ensino superior completo, 14,0% (n=20), aceitam o fato e 86,0% (n=123) tentam alguma coisa. Já os participantes com pós-graduação, 14,3% (n=12), aceitam o fato e 87,1% (n=176) tentam alguma coisa.

A partir dos resultados apresentados, observa-se que quanto maior a escolaridade, mais crescem as porcentagens referentes àqueles participantes que falam com outras pessoas ao serem tratados injustamente. Assim, como destacado no estudo de Gomes, Silva e Brito (2021), dentro do ambiente escolar, são criados vários debates acerca do racismo, visando diminuição de situações que firam a integridade do negro. No Brasil, a luta antirracista iniciou-se a partir dos anos 1970 e desde então vem se formando movimentos sociais negros para buscar melhorias ou até mesmo sanar práticas de discriminação racial (MACEDO, 2016). O fato de a temática ser mais discutida atualmente se justifica pelas lutas antirracistas que acontecem historicamente, as quais podem explicar, também, o fato de os participantes desta pesquisa quererem compartilhar com outras pessoas momentos em que são discriminados.

Na variável ocupação, apresenta-se que os estudantes, 87,3% (n=96) da amostra, tentam alguma coisa ao serem tratados injustamente. Os dados reforçam a literatura citada.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, evidencia-se que o negro constantemente sofre com tratamento injusto relacionado a experiências de discriminação racial. Os negros, também, se preocupam com o tratamento injusto que eles e outras pessoas sofrem em razão da cor e raça.

Apesar de ser assunto de relevância, existem poucos estudos que abordam a temática, porém é necessário ser pautado. Por fim, salienta-se que o estudo mostra o fato do negro se preocupar com tratamentos injustos, assim, não se sentem seguros ou representados. Portanto, destaca-se que esta realidade pode ter impacto sobre a saúde psicológica, emocional e física de negros e negras e, conseqüentemente, ocasionar estado de estresse, com diversos efeitos deletérios. Assim, é imprescindível a criação de políticas públicas voltadas à juventude negra, de modo a fortalecer as redes de proteção social e diminuir as vulnerabilidades vivenciadas, a partir da discriminação racial.

AGRADECIMENTOS

A Pró- Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) pela Concessão da Bolsa PIC – PBPU e ao Grupo de Estudo Saúde Mental e Cuidado (GESAM).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, W. M. A inferiorização dos negros a partir do racismo estrutural. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, n. 4, p. 2581–2589, 2018.

BENTO, M. A. Branqueamento e branquitude no Brasil. **Vozes**, p. 31, 2002.

BRASIL. Para uma história do negro no Brasil. **Biblioteca Nacional**, 1988.

FATTORE, G. L. Universidade Federal Da Bahia Instituto De Saúde Coletiva-Isc Coletiva “ Discriminação Racial Auto Referida , Stress Psicossocial E Sintomas Asmáticos Em Crianças De Salvador ” Gisel Lorena Fattore “ Discriminação Racial Auto Referida , Stress Psicossocia. 2015.

FATTORE, G. L. et al. Validade de constructo da escala experiences of discrimination em uma população Brasileira. **Cadernos de Saude Publica**, v. 32, n. 4, p. 1–14, 2016.

GOMES, N. L.; DA SILVA, P. V. B.; DE BRITO, J. E. Affirmative Action for the Promotion of Racial Equality in Education: Struggles, Achievements and Challenges.

Educação e Sociedade, v. 42, p. 1–14, 2021.

MACEDO, A. C. DE; FELIPE, H. P. O Perigode ser jovem negro no Brasil: Um olhar sobre a adolescência numa perspectiva racial. **Novos Rumos Sociológicos**, v. 4, n. 5, p. 86–101, 26 jul. 2016.

OLIVEIRA, E. N. et al. Discriminação racial de jovens negros no Brasil: revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 14, p. e214101422013, 2021.

PALHARES, I. Negros são 71,1% dos jovens que abandonam a escola no Brasil. **Folha de S. Paulo**, 2020.